

INTERMEDIACÃO

TRIBUNA DO BRASIL

26 JUN 2004

Câmara ouve Academia

CLUBE PEDE AJUDA AOS DISTRITAIS PARA RESOLVER DIVERGÊNCIAS COM ADMINISTRAÇÃO DE BRASÍLIA, QUE LEVARAM À INTERDIÇÃO DE PAVILHÃO DE FESTAS ÀS MARGENS DO PARANOÁ

Thomaz Pires

A interdição de parte da Academia de Tênis, medida tomada pela Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau) na última quinta-feira – em função de divergências entre a Administração Regional do Plano Piloto e a direção do clube em relação à construção de um novo pavilhão – foi parar ontem na Câmara Legislativa. A presidência da Casa abriu as portas para representantes de um dos clubes mais tradicionais da cidade explicarem o caso e se ofereceu para mediar a negociação para a melhor solução possível para os dois lados.

Vários distritais participaram da reunião com os representantes da Academia de Tênis na presidência da Câmara Legislativa, para discutir as irregularidades apontadas pela Administração de Brasília. Após conversarem por cerca de uma hora, o presidente da Câmara, deputado Benício Tavares (PMDB), anunciou que a questão será encaminhada para a Secretaria de Estado Desenvolvimento Urbano e Habitacional (SEDUH) e em seguida à Procuradoria geral do DF. Benício destacou que caso a questão não seja solucionada, o Legislativo deverá intervir na situação no mês de agosto, quando a Câmara retorna do recesso legislativo.

A reunião dos distritais com representantes do clube foi motivada por uma medida aplicada pela Sefau, que impôs barreiras ao funcionamento da Academia.



Margens do lago são fonte histórica de polêmica no Distrito Federal

Os fiscais da Sefau ordenaram a interdição do pavilhão Park Fair, um galpão de festas e exposições construído às margens do Lago Paranoá. O local deverá ficar interditado até que a estrutura se adeque às exigências da Administração de Brasília.

A ação foi aplicada porque o projeto inicial do galpão era de 5.000 metros quadrados. Mas a obra passa de 7.500 metros, segundo os agentes de fiscalização. Além disso, alega a Sefau, a obra foi erguida sem o devido alvará de construção.

Durante o encontro, o empresário José Farani, proprie-

tário do clube, apresentou diversos documentos comprovando a legalidade de seu negócio. Farani apresentou um relatório do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente (Ibama), atestando que o Park Fair não invade nenhuma Área de Preservação Ambiental nem pública.

Ele garante que está tendo prejuízos devido às constantes ameaças de interdição da administração e que até perdeu um contrato com a empresa de telefonia celular Americel, atual Claro. A casa de shows Americel Hall está proibida de fazer eventos até terminar o processo.

O deputado Benício Tavares destacou que o legislativo está se empenhando ao máximo para solucionar a questão de forma viável. Segundo ele, a intervenção do governo é crucial para sanar os desentendimentos entre o clube e a administração.

Segundo Farani, "a Academia não tem um metro sequer de invasão de área pública", destaca, amparado por um decreto da Câmara Legislativa, expedido em 1997, que amplia a área de ocupação do clube. "Talvez seja o único clube que mantém a distância de 30 metros de afastamento do Lago Paranoá".

Hiram Vargas